

ARTIGO

ALÉM DA FARDA: O POLICIAL BRASILEIRO SOB ALENTE DA ACADEMIA

RAFAEL JOSÉ ANTUNES

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Policial militar da Polícia Militar do Paraná (PMPR).

País: Brasil **Estado:** Paraná **Cidade:** Ponta Grossa

E-mail: rjantunes.pg@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0005-0965-5884>

DIEGO FABRICIO SCHLOSSER

Doutor e mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor da Faculdade Senac Ponta Grossa e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR).

País: Brasil **Estado:** Paraná **Cidade:** Ponta Grossa

E-mail: diego.schlosser@docente.pr.senac.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2493-6474>

LUIZ ALBERTO PILATTI

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Ponta Grossa, com atuação nos programas de pós-graduação em Engenharia de Produção e em Ensino de Ciência e Tecnologia.

País: Brasil **Estado:** Paraná **Cidade:** Ponta Grossa

E-mail: lapilatti@utfpr.edu.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2679-9191>

RESUMO

Este estudo investiga a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente. A pesquisa adota uma revisão narrativa, permitindo uma análise flexível das dimensões institucionais, ocupacionais e sociais do trabalho policial. Foram analisados 35 artigos indexados na SciELO Brasil (2019-2024) utilizando os descritores “policing” OR “law enforcement”. A análise de conteúdo identificou cinco categorias principais: saúde física e mental dos policiais, estruturas institucionais, relações polícia-sociedade, condições de trabalho e estratégias para melhoria da atuação. Os resultados evidenciam desafios, como o estresse ocupacional, a cultura hierárquica e o impacto das práticas institucionais na percepção pública da polícia. A revisão destaca a necessidade de políticas que equilibrem segurança pública, valorização profissional e aproximação entre agentes e comunidade.

Palavras-Chave: Policial. Condições de trabalho. Organização do trabalho. Estresse. Políticas de segurança pública.

BEYOND THE UNIFORM: THE BRAZILIAN POLICE OFFICER THROUGH THE LENS OF ACADEMIA

ABSTRACT

This study investigates the representation of Brazilian police officers in recent academic literature. The research adopts a narrative review, enabling a flexible analysis of institutional, occupational, and social dimensions of police work. Thirty-five articles indexed in SciELO Brazil (2019-2024) were analyzed using the descriptors “policing” OR “law enforcement”. Content analysis identified five main categories: police officers’ physical and mental health, institutional structures, police-society relations, working conditions, and strategies for improving police performance. The findings highlight challenges such as occupational stress, hierarchical culture, and the impact of institutional practices on public perception of the police. The review underscores the need for policies that balance public security, professional appreciation, and closer ties between officers and communities.

Keywords: Police officer. Working conditions. Work organization. Stress. Public security policies.

Data de recebimento: 10/03/2025 **Data de aprovação:** 05/05/2025

DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2383

INTRODUÇÃO

A atuação policial no Brasil reveste-se de importância estratégica para a garantia da ordem pública, a proteção de direitos e a mediação de conflitos sociais (Teles; Teixeira, 2023). Historicamente, as corporações policiais emergiram de processos políticos marcados por heranças autoritárias, resultando em estruturas hierarquizadas e repressivas (Brandão, 2022; Gisi; Silvestre, 2020). Nesse cenário, o policial brasileiro é comumente visto sob uma ótica dual: de um lado, como figura fundamental para a manutenção da segurança; de outro, como profissional sobrecarregado por jornadas exaustivas, riscos constantes, precariedade de recursos e, em alguns casos, associado a episódios de violência e denúncias de corrupção (Barreto; Lins-Kusterer; Carvalho, 2019; Hermann, 2023; Maia; Assis; Minayo, 2022). Tal dualidade reflete tensões institucionais e sociais, evidenciadas por pesquisas que apontam índices alarmantes de estresse ocupacional, distúrbios psicológicos e desgaste físico entre os agentes (Costa *et al.*, 2020; Ribeiro *et al.*, 2024; Tavares *et al.*, 2022).

A literatura acadêmica recente revela ainda como a cultura “guerreira” – marcada pela repressão e pelo confronto – predomina em diversas instituições, dificultando a adoção de modelos de policiamento mais democráticos e colaborativos (Rolim, 2023). Soma-se a isso a desconfiança mútua entre população e polícia, alimentada por relatos de uso excessivo da força e práticas ilícitas que fragilizam a legitimidade dos órgãos de segurança (Gisi; Silvestre, 2020; Hermann, 2023). Paralelamente, estudos sobre saúde mental, condições de trabalho e suporte psicológico ganham cada vez mais relevância, apontando a necessidade de reformas estruturais que privilegiem o bem-estar dos profissionais e uma relação de maior proximidade com as comunidades (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023; Soares *et al.*, 2019; Vilarouca; Ribeiro; Menezes, 2022).

Apesar do crescimento de pesquisas acerca das forças de segurança e suas interfaces com a sociedade, muitos trabalhos ainda se concentram em análises pontuais – por exemplo, focalizando apenas a saúde mental, a violência policial ou as dinâmicas institucionais – sem articular tais achados em um olhar sistêmico. Em decorrência disso, há lacunas sobre como se constrói, de maneira integrada, a representação

do policial brasileiro no pensamento acadêmico (Lima; Saporì; Ribeiro, 2021; Mazzurana; Almeida, 2022). Por um lado, estudos referentes à cultura organizacional reiteram a prevalência de práticas hierárquicas e repressivas; por outro, discussões sobre relações policiais e sociedade evidenciam o distanciamento entre agentes e comunidades. Ademais, questões como a corrupção, embora nem sempre investigadas em profundidade, emergem como fator agravante da crise de legitimidade enfrentada pelas corporações.

Assim, este artigo tem como objetivo caracterizar a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente, a partir das categorias que emergiram da análise de conteúdo dos estudos que compõem o *corpus* da pesquisa: saúde física e mental dos policiais; estruturas e dinâmicas institucionais; relações policiais e sociedade; condições de trabalho e riscos ocupacionais; intervenções e estratégias para melhoria da atuação policial. Ao reunir estudos que tratam de temas diversos – como a tensão entre o modelo de policiamento “guerreiro” e o de “guardião”, a hierarquia rígida e repressiva das corporações, o estresse ocupacional e as iniciativas de prevenção e tratamento psicológico – busca-se oferecer um panorama abrangente das forças que moldam a identidade e a atuação desses profissionais. Desse modo, espera-se contribuir para um debate público mais consistente acerca da elaboração de políticas que transcendam a dimensão meramente repressiva, promovendo tanto o fortalecimento da segurança quanto a valorização e o bem-estar dos agentes, em consonância com as demandas democráticas e as necessidades sociais.

MÉTODO

Este estudo adota a abordagem de revisão narrativa para caracterizar a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente, considerando a necessidade de uma análise flexível que incorpore múltiplos enfoques (sociológicos, organizacionais, ocupacionais e outros) de maneira integrada (Rother, 2007). A revisão narrativa permite explorar em profundidade as nuances do tema, identificando convergências, lacunas e tendências emergentes na produção científica.

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão: como a literatura acadêmica recente representa o policial brasileiro? Para respondê-la, realizou-se uma busca na base SciELO Brasil, selecionada por sua relevância para estudos que abordam as dinâmicas institucionais, ocupacionais e sociais relacionadas à atuação policial, considerando a delimitação espacial proposta, o Brasil. O recorte temporal abrangeu os anos de 2019 a 2024, garantindo a inclusão de produções acadêmicas alinhadas às discussões contemporâneas sobre o tema. Para possibilitar uma pesquisa ampla e abranger o maior número possível de publicações relevantes, foram utilizados os descritores em inglês “policing” OR “law enforcement”, delimitando a recuperação aos termos empregados, sem assegurar a identificação de todas as publicações pertinentes ao tema.

Foram incluídos estudos que abordassem diretamente a atuação do policial brasileiro, considerando aspectos institucionais, ocupacionais, de saúde e de interação com a sociedade. Foram excluídos: (i) revisões de literatura, por não conterem dados empíricos originais; (ii) estudos que tratassem exclusivamente de contextos internacionais, sem relação direta com a realidade brasileira; e (iii) trabalhos focados apenas em aspectos jurídicos ou normativos, sem conexão com a prática profissional dos policiais. A definição desses critérios seguiu o princípio de delimitação rigorosa da população-alvo, assegurando que os estudos analisados fossem relevantes para a questão de pesquisa. A explicitação dos critérios de elegibilidade contribui para a transparência da seleção (Patino; Ferreira, 2018), mas não assegura, por si só, a generalização dos resultados. Na conferência final de elegibilidade, três revisões de literatura foram retiradas do conjunto inicialmente selecionado, resultando em 35 artigos.

Para a interpretação do material, empregou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2011). Em um primeiro momento, foi realizada uma leitura inicial de todos os textos (leitura flutuante), identificando-se tópicos recorrentes que subsidiaram a criação de cinco categorias temáticas: (1) saúde física e mental dos policiais; (2) estruturas e dinâmicas institucionais; (3) relações policiais e sociedade; (4) condições de trabalho e riscos ocupacionais; (5) intervenções e estratégias para melhoria da atuação policial. Em seguida, cada estudo foi codificado e agrupado segundo essas categorias, não mutuamente exclusivas, permitindo a identificação de padrões, convergências e lacunas quanto às representações do policial brasileiro. Finalmente, procedeu-se a uma análise interpretativa que possibilitou sintetizar as principais contribuições dos artigos e evidenciar as múltiplas dimensões associadas ao trabalho policial no Brasil.

Por tratar-se de uma revisão narrativa, não se pretendeu oferecer uma síntese exaustiva do conhecimento produzido sobre o tema; em vez disso, buscou-se aprofundar a compreensão das questões-chave identificadas na literatura e contribuir para um debate mais qualificado acerca dos desafios estruturais, institucionais e individuais que envolvem a atividade policial.

COMPOSIÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA

Este estudo analisou 35 artigos científicos que investigam diferentes perspectivas sobre a atuação do policial brasileiro. A seleção dos estudos seguiu os critérios previamente estabelecidos na seção método, garantindo que os trabalhos analisados refletissem as dimensões institucionais, ocupacionais, sociais e de saúde relacionadas à profissão policial.

Os artigos foram organizados em cinco categorias principais emergentes da literatura acadêmica:

- Saúde física e mental dos policiais – estudos que investigam as condições de saúde dos policiais, incluindo estresse ocupacional, transtornos psicológicos, impactos do trabalho na saúde física e estratégias de suporte psicológico;
- Estruturas e dinâmicas institucionais – pesquisas sobre a organização das forças de segurança, relações hierárquicas, modelos de policiamento e desafios institucionais enfrentados pelas corporações;
- Relações policiais e sociedade – análises sobre as interações entre policiais e cidadãos, incluindo percepção pública, confiança na polícia e impacto das práticas de policiamento na sociedade;
- Condições de trabalho e riscos ocupacionais – estudos que abordam a precarização das condições laborais, riscos associados à atividade policial e implicações para a qualidade de vida dos agentes;
- Intervenções e estratégias para melhoria da atuação policial – investigações sobre iniciativas voltadas à valorização profissional, ao aprimoramento das práticas de policiamento e à promoção de um modelo de segurança pública mais democrático.

Os artigos categorizados foram sintetizados no Quadro 1, que apresenta a distribuição das referências dentro de cada uma das cinco categorias de análise. Um mesmo artigo pode integrar mais de uma categoria; por isso, a soma das frequências (53 alocações) supera o total de 35 artigos distintos.

QUADRO 1

Distribuição dos estudos no corpus da pesquisa

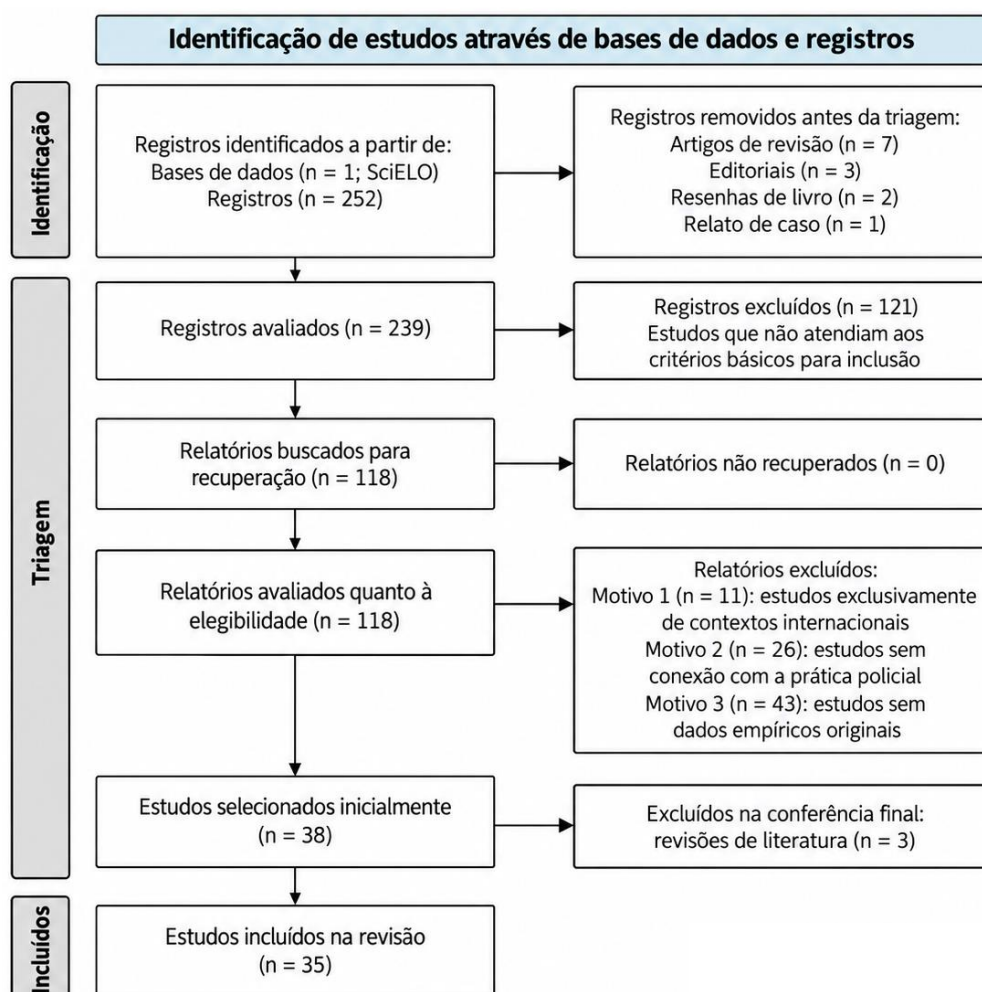
Categoria (n =)	Estudos
Saúde física e mental dos policiais (n = 19)	Barreto; Lins-Kusterer; Carvalho (2019); Costa <i>et al.</i> (2020); Dias; Siqueira; Ferreira (2023); Ferraz <i>et al.</i> (2020); Guimarães; Laudelino Neto; Massuda Jr. (2020); Maia; Assis; Minayo (2022); Maia <i>et al.</i> (2021); Marins <i>et al.</i> (2022); Nascimento <i>et al.</i> (2022); Oliveira <i>et al.</i> (2023); Oliveira; Oliveira; Carvalho (2023); Pereira; Madruga; Kawahala (2020); Ribeiro <i>et al.</i> (2024); Santos <i>et al.</i> (2021); Serra <i>et al.</i> (2020); Soares <i>et al.</i> (2019); Tavares <i>et al.</i> (2021); Tavares <i>et al.</i> (2022); Viegas <i>et al.</i> (2024).
Estruturas e dinâmicas institucionais (n = 9)	Brandão (2022); Cubas; Alves; Oliveira (2020); Gisi; Silvestre (2020); Lima <i>et al.</i> (2022); Lima; Sapor; Ribeiro (2021); Mazzurana; Almeida (2022); Rodrigues (2023); Rolim (2023); Vilarouca; Ribeiro; Menezes (2022).
Relações policiais e sociedade (n = 7)	Corrêa; Andrade e Souza (2022); Dias <i>et al.</i> (2021); Hermann (2023); Lopes; Rossato (2023); Sá; Lemos; Oliveira (2022); Souza; Martins (2021); Teles; Teixeira (2023).
Condições de trabalho e riscos ocupacionais (n = 12)	Barreto; Lins-Kusterer; Carvalho (2019); Costa <i>et al.</i> (2020); Ferraz <i>et al.</i> (2020); Maia; Assis; Minayo (2022); Marins <i>et al.</i> (2022); Oliveira <i>et al.</i> (2023); Oliveira; Oliveira; Carvalho (2023); Pereira; Madruga; Kawahala (2020); Ribeiro <i>et al.</i> (2024); Serra <i>et al.</i> (2020); Tavares <i>et al.</i> (2021); Viegas <i>et al.</i> (2024).
Intervenções e estratégias para melhoria da atuação policial (n = 6)	Cubas; Alves; Oliveira (2020); Dias <i>et al.</i> (2021); Rolim (2023); Souza; Martins (2021); Teles; Teixeira (2023); Vilarouca; Ribeiro; Menezes (2022).

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Além da categorização dos estudos, a Figura 1 apresenta, de forma detalhada, as etapas do processo de seleção dos artigos analisados, evidenciando o número de registros identificados, triados, excluídos e incluídos na revisão. A inserção dos dados dentro da figura permite uma visualização clara do fluxo de seleção dos estudos.

FIGURA 1

Fluxo do processo de seleção dos estudos



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

REPRESENTAÇÕES E DESAFIOS DA ATIVIDADE POLICIAL NA LITERATURA ACADÊMICA BRASILEIRA

Os estudos revisados nesta seção revelam uma representação complexa do policial brasileiro, com destaque para os desafios enfrentados na profissão, as condições de trabalho adversas e a cultura institucional presente nas corporações. A literatura acadêmica aborda como esses fatores impactam diretamente a saúde física e mental dos policiais, além de influenciar as interações entre os agentes e a sociedade. A dualidade entre modelos de policiamento, como o “guerreiro” e o “guardião”, é um dos pontos centrais da análise, refletindo uma tensão intrínseca nas práticas e atitudes dos policiais. Além disso, a falta de apoio psicológico, o estigma em relação a questões de saúde mental e a sobrecarga de trabalho agravam o desgaste físico e emocional dos policiais, resultando em um ciclo de sofrimento que afeta tanto o desempenho dos agentes quanto a percepção pública sobre as forças de segurança.

Este estudo tem como objetivo caracterizar a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente, destacando como fatores como a precariedade das condições de trabalho, a resistência institucional e a violência policial contribuem para a construção dessa imagem. A análise dos estudos indica que, embora haja esforços para transformar as práticas policiais e adotar modelos mais democráticos e colaborativos, as corporações ainda são marcadas por uma cultura hierárquica, repressiva e resistente a mudanças. Para reverter essa representação negativa, é fundamental a implementação de reformas estruturais que considerem não apenas as condições de trabalho, mas também a saúde mental dos policiais e a construção de uma relação de confiança com a comunidade. Essas transformações são essenciais para alcançar uma segurança pública mais legítima e alinhada às necessidades sociais.

SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS

A saúde física e mental dos policiais brasileiros é um tema amplamente abordado na literatura acadêmica, com destaque para questões como: estresse ocupacional, transtornos psicológicos, *burnout*, sedentarismo, riscos cardiovasculares e suicídio. Os 19 estudos revisados nesta categoria revelam como as condições de trabalho adversas enfrentadas pelos policiais no Brasil impactam diretamente não apenas sua saúde, mas também a percepção pública sobre esses profissionais. A presença de estressores constantes, como turnos longos, alta pressão e situações de risco, contribui significativamente para o desgaste físico e psicológico desses agentes, refletindo a necessidade urgente de políticas institucionais que priorizem o bem-estar dos policiais e a melhoria das condições de trabalho.

Ribeiro *et al.* (2024) destacam índices elevados de *burnout* em policiais militares de um município do Paraná, associados a fatores pessoais e hábitos de vida, entre eles as atividades de lazer. Santos *et al.* (2021) investigaram a relação entre estresse ocupacional e engajamento no trabalho, revelando que quase metade dos policiais militares avaliados apresentava níveis importantes de estresse. A pesquisa também identificou níveis médios a altos de engajamento, indicando que sofrimento ocupacional e dedicação profissional podem coexistir. Tavares *et al.* (2021), por sua vez, identificaram correlações entre desequilíbrio esforço-recompensa, resiliência e qualidade de vida, sem estabelecer relações causais ou avaliar o desenvolvimento de ansiedade crônica.

A exposição a situações potencialmente traumáticas surge como um aspecto relevante para a saúde mental dos policiais. Maia, Assis e Minayo (2022) discutem as repercussões dos ferimentos por arma de fogo em face sobre o trabalho, a saúde e as relações familiares dos agentes. Nascimento *et al.* (2022) investigaram o Transtorno de Estresse Pós-Traumático em profissionais de emergência das áreas de saúde e segurança, identificando escores compatíveis com provável diagnóstico em parte dos participantes. Como a amostra inclui diferentes grupos profissionais, esses resultados não devem ser atribuídos indistintamente aos policiais.

As condições de saúde e a qualidade de vida também são abordadas por Costa *et al.* (2020), que identificam associações entre condições de saúde, estilo de vida e qualidade de vida de policiais civis. Oliveira *et al.* (2023) analisam fatores clínicos e sociodemográficos associados ao tempo gasto sentado em policiais militares. Oliveira, Oliveira e Carvalho (2023) investigam fatores associados ao estresse em policiais rodoviários federais, incluindo satisfação profissional, remuneração, treinamento e conflito entre trabalho e família. Esses estudos abordam dimensões complementares da saúde ocupacional.

O nível de atividade física e o comportamento sedentário também são abordados por Ferraz *et al.* (2020). Serra *et al.* (2020) identificam associação entre percepção de estresse e sintomas musculoesqueléticos, além de menor prevalência desses sintomas entre praticantes de atividade física. Soares *et al.* (2019) investigam a relação entre atividade física e *burnout* em policiais militares. Viegas *et al.* (2024) destacam o custo cognitivo do trabalho policial. Esses achados reforçam a necessidade de atenção às condições de trabalho e às práticas de cuidado.

A vitimização dos policiais é outro ponto significativo de análise. Maia *et al.* (2021), ao analisarem registros de atendimento de policiais militares do Rio de Janeiro feridos por arma de fogo, evidenciam a importância da vitimização não fatal para o debate sobre saúde e violência. O estudo amplia a atenção às consequências dos ferimentos para além das estatísticas de mortalidade.

Outro ponto crítico é o suicídio entre policiais. Pereira, Madruga e Kawahala (2020) descrevem características socio-ocupacionais de 14 policiais militares de Santa Catarina que morreram por suicídio entre 2012 e 2016. Todos apresentavam algum comprometimento salarial com empréstimos ou dívidas, mas o estudo descritivo não estabelece que o endividamento tenha causado as mortes. Maia, Assis e Minayo (2022) discutem ainda as repercussões dos ferimentos por arma de fogo sobre a saúde e a vida dos agentes.

Tavares *et al.* (2022), ao investigarem os distúrbios psíquicos menores entre policiais civis de Porto Alegre, identificaram rastreamento positivo em 26,2% dos 237 participantes da etapa quantitativa. A etapa qualitativa discutiu condições de trabalho e sofrimento psíquico, oferecendo subsídios para compreender a relação entre o contexto laboral e a saúde mental dos policiais.

Apesar desse panorama adverso, algumas iniciativas de mitigação são documentadas. No que diz respeito à saúde mental dos policiais, Guimarães, Laudelino Neto e Massuda Jr. (2020) analisam uma experiência de intervenção em policiais rodoviários federais em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, estruturada a partir de um modelo integrado de prevenção em três níveis: primário, secundário e terciário. Os autores apontam uma possível contribuição para a redução do absenteísmo por transtornos mentais, destacando a importância de políticas de apoio psicológico contínuo. Dias, Siqueira e Ferreira (2023) analisam o contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental. Barreto, Lins-Kusterer e Carvalho (2019) investigam a capacidade para o trabalho de policiais militares. Marins *et al.* (2022) analisam a mortalidade de policiais rodoviários federais, oferecendo subsídios para a prevenção de mortes nessa população.

A análise deste conjunto de estudos revela que a saúde física e mental dos policiais é gravemente afetada por condições de trabalho adversas, impactando diretamente a percepção do policial na literatura acadêmica. A ocorrência de transtornos psicológicos, doenças ocupacionais e suicídios nos contextos analisados aponta para a necessidade urgente de respostas institucionais. Políticas eficazes que reduzam o estresse ocupacional, acompanhadas de melhorias nas condições de trabalho, são fundamentais para preservar a integridade física e emocional desses profissionais, promovendo uma atuação policial mais equilibrada e alinhada às demandas sociais.

ESTRUTURAS E DINÂMICAS INSTITUCIONAIS DAS POLÍCIAS NO BRASIL

A estrutura das polícias brasileiras e sua interação com a sociedade são temas amplamente discutidos na literatura acadêmica, especialmente no que se refere ao impacto do legado autoritário, às dificuldades de

cooperação interinstitucional e aos modelos de policiamento adotados. Os nove estudos revisados nesta categoria evidenciam como essas dinâmicas institucionais influenciam a legitimidade das polícias, a cultura organizacional e a confiança pública nas forças de segurança. A resistência a mudanças, a permanência de práticas autoritárias e a falta de integração entre os diferentes órgãos de segurança comprometem a efetividade das polícias e sua relação com a sociedade.

Brandão (2022) analisa a Polícia Federal e destaca a permanência de valores autoritários herdados do regime militar, resultado da ausência de reformas estruturais após a redemocratização. A autora analisa a trajetória de agentes ligados à repressão, especialmente ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), e sua presença em cargos estratégicos no período histórico estudado, perpetuando práticas operacionais voltadas para a segurança do Estado, em detrimento de um modelo mais democrático e orientado para os direitos humanos. Esse processo dificulta o acesso a arquivos e a responsabilização pelos abusos cometidos durante a ditadura, reforçando a resistência à transparência e ao controle social.

A cooperação entre as Polícias Civil e Militar também é um desafio institucional significativo. Mazzurana e Almeida (2022), ao investigarem o Círculo Integrado de Informação na Rocinha, Rio de Janeiro, apresentam um caso para ensino baseado em entrevistas e dados secundários. Apesar dos resultados iniciais positivos na troca de informações entre a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e a Delegacia de Polícia local, a iniciativa não se consolidou, em um contexto de mudanças de gestores e dificuldades de institucionalização. A separação constitucional das atribuições das polícias e a rivalidade histórica entre elas dificultam iniciativas colaborativas. Lima, Saporì e Ribeiro (2021) analisam a articulação entre a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e o Poder Judiciário na resolução de homicídios dolosos em Esmeraldas (MG), revelando que a cooperação interinstitucional ocorre de forma desigual e pontual. Flagrantes tendem a acelerar a integração entre os órgãos, mas a sobrecarga operacional e a escassez de recursos limitam a eficácia da colaboração, resultando em baixa taxa de resolução de crimes sem flagrante e reforçando a impunidade.

A percepção dos policiais sobre sua autoridade também se destaca na literatura. Gisi e Silvestre (2020) identificam, em entrevistas com policiais militares de São Paulo, confiança na própria autoridade e percepções de contestação pública. Essa tensão se manifesta especialmente em abordagens e operações de patrulhamento, nas quais, segundo os entrevistados, a população questiona as ações policiais. A disparidade entre a autoconfiança dos agentes e a percepção de abuso de poder contribui para um déficit de legitimidade, ampliando o distanciamento entre a polícia e a sociedade.

A dicotomia entre os modelos de policiamento é um aspecto central na estrutura institucional das forças de segurança. Rolim (2023) compara o modelo de policial “guerreiro”, baseado no enfrentamento e na militarização, ao conceito de policial “guardião”, que prioriza a proteção dos direitos fundamentais e a construção da confiança pública. Essa disputa reflete a dificuldade de implementação de um policiamento mais comunitário e integrado. Vilarouca, Ribeiro e Menezes (2022) discutem as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, destacando que a cultura militarizada da Polícia Militar dificultou a transição para um modelo mais participativo. A falta de suporte político e de recursos comprometeu a sustentabilidade das UPPs, limitando sua eficácia na redução da violência.

A presença territorial das polícias também afeta suas dinâmicas institucionais. Rodrigues (2023) propõe a categoria de “lugares de polícia” para descrever como a presença policial vai além da imposição da ordem, influenciando as relações sociais e a estrutura comunitária. Em áreas periféricas, a figura do policial se torna uma referência de poder, regulando tanto questões criminais quanto conflitos cotidianos e mediações informais.

A ascensão das chamadas “ciências policiais” como um campo de estudo interno às corporações é abordada por Lima *et al.* (2022). Segundo os autores, esse movimento busca legitimar uma perspectiva endógena de policiamento, frequentemente afastada das contribuições externas das ciências sociais. A institucionalização desses cursos dentro das polícias, em disputa com o meio acadêmico mais amplo, reforça uma cultura corporativista, limitando o controle social e dificultando mudanças institucionais mais profundas.

As percepções internas sobre as condições de trabalho também são relevantes. Cubas, Alves e Oliveira (2020) compararam a visão de policiais civis e militares sobre suas instituições e constataram que ambos enfrentam dificuldades relacionadas à precariedade de recursos e à falta de reconhecimento profissional. A análise identifica convergências nas percepções das duas corporações e contribui para discutir justiça procedimental e autolegitimidade.

A análise desses estudos revela que as estruturas e dinâmicas institucionais das polícias brasileiras ainda são marcadas por resquícios autoritários e dificuldades na construção de modelos mais colaborativos e democráticos. Barreiras culturais, resistência à mudança e disputas internas sobre o papel da segurança pública comprometem a evolução das polícias em direção a uma atuação mais legítima e eficaz. Reformas institucionais, maior transparência e cooperação interinstitucional são aspectos fundamentais para fortalecer a segurança pública no Brasil, promovendo maior alinhamento entre as instituições policiais e as demandas da sociedade.

RELAÇÕES POLICIAIS E SOCIEDADE

As relações entre policiais e a sociedade no Brasil são amplamente discutidas na literatura acadêmica, abordando questões como violência policial, influência da cultura organizacional, estereótipos institucionais e a percepção pública da atuação policial. Os sete estudos revisados nesta categoria revelam que a interação entre polícias e comunidades é atravessada por tensões estruturais, preconceitos e modelos institucionais que dificultam a construção de uma relação de confiança. A atuação policial reflete não apenas a política de segurança pública vigente, mas também dinâmicas sociais e econômicas mais amplas, impactando diretamente a legitimidade das forças de segurança.

Corrêa e Andrade e Souza (2022) analisam a implementação das Unidades Paraná Seguro (UPS) em Curitiba e demonstram como o modelo de policiamento comunitário foi reformulado para atender às demandas neoliberais, induzindo à conformidade com o mercado de trabalho e ao consumo. Embora a proposta inicial previsse um policiamento mais inclusivo e democrático, as UPS acabaram reforçando mecanismos de controle social voltados para a disciplina econômica e comportamental. O estudo evidencia como a atuação policial no Brasil se entrelaça com o biocapitalismo, moldando subjetividades alinhadas às exigências do mercado.

Hermann (2023) desenvolve uma análise jusliterária que aproxima a crônica “Mineirinho”, de Clarice Lispector, do caso de Evaldo Rosa, morto em 2019 em uma ação do Exército, discutindo a naturalização da violência contra corpos marginalizados. O estudo revela como discursos institucionais e sociais desumanizam as vítimas de violência estatal, naturalizando a morte como ferramenta de controle social. Esse processo consolida um regime de exclusão que afeta não apenas a segurança pública, mas também as estruturas políticas e sociais mais amplas.

As relações de gênero dentro das corporações policiais também impactam diretamente a forma como os agentes interagem com a sociedade. Souza e Martins (2021) investigam a influência dos estereótipos de gênero no comportamento policial, especialmente no atendimento a vítimas de violência doméstica. O estudo evidencia as dificuldades estruturais enfrentadas pelos agentes e a necessidade de desconstruir concepções machistas enraizadas na cultura policial. A pesquisa reforça a importância de mudanças institucionais para qualificar o atendimento e promover um policiamento mais humanizado. Sá, Lemos e Oliveira (2022) complementam essa análise ao examinar a representação das mulheres na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), destacando os desafios enfrentados por policiais femininas em um ambiente predominantemente masculino. O estudo identifica barreiras de gênero e também sentidos positivos atribuídos ao trabalho, como orgulho, propósito e independência financeira.

A confiança da população nas forças policiais é um aspecto central para a legitimidade institucional. Teles e Teixeira (2023) analisam contatos iniciados por cidadãos em São Paulo e identificam associação entre satisfação com o tratamento recebido e confiança na polícia. Os demais aspectos avaliados, incluindo a satisfação com a resolução do problema, não apresentaram associação significativa nos modelos utilizados. Lopes e Rossato (2023) avaliaram o programa Escola Segura em uma escola pública de Londrina, comparada a outra que não recebeu a intervenção. Não identificaram impacto nas variáveis analisadas, relativas à sensação de segurança, vitimização, pichação e consumo de drogas ilícitas. O resultado não pode ser generalizado para todo o programa.

As dinâmicas internas das corporações também influenciam a interação entre policiais e sociedade. Dias *et al.* (2021) examinam como os valores individuais dos policiais se associam a relações de confiança dentro de grupos táticos. O estudo distingue vínculos de amizade e relações profissionais, contribuindo para compreender as dinâmicas internas dos grupos. Esses achados oferecem subsídios para discutir a coesão dos agentes, sem avaliar diretamente a eficiência operacional ou a interação com a sociedade.

A análise desse conjunto de estudos revela que as relações entre polícias e sociedade no Brasil são moldadas por fatores estruturais, institucionais e culturais, refletindo desafios que vão além da segurança pública e se estendem às dinâmicas sociais e políticas do país. A desconexão entre a autolegitimidade dos policiais e a percepção pública de abuso de poder, a influência dos estereótipos de gênero e a resistência a mudanças institucionais dificultam avanços na construção de um policiamento mais democrático. A literatura destaca que a implementação de políticas públicas voltadas para a transparência, a humanização do atendimento e a promoção da confiança mútua entre polícia e sociedade é essencial para superar essas tensões. Reformas organizacionais e uma reconfiguração do papel policial, com maior ênfase no respeito aos direitos humanos e na equidade, são fundamentais para transformar a segurança pública e torná-la mais alinhada às necessidades da população.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E RISCOS OCUPACIONAIS DOS POLICIAIS BRASILEIROS

A literatura acadêmica recente revela que as condições de trabalho dos policiais brasileiros estão marcadas por uma série de riscos ocupacionais que abrangem desde a precarização material e organizacional até a constante exposição a situações de violência. Esses fatores, interligados com questões de saúde física e mental, comprometem significativamente o desempenho dos policiais e sua qualidade de vida. Os 12 estudos analisados nesta seção apontam que a estrutura de trabalho e as características dessa profis-

são impõem desafios constantes, necessitando de intervenções eficazes para garantir a integridade dos agentes e a qualidade do serviço prestado à sociedade.

Barreto, Lins-Kusterer e Carvalho (2019) investigaram a capacidade para o trabalho (CT) de 329 policiais militares em Salvador (BA) e encontraram que fatores como jornada de trabalho superior a oito horas diárias, obesidade e ausência de moradia própria estão associados à baixa capacidade para o trabalho. Além de revelarem relações entre condições socioeconômicas e saúde ocupacional, esses achados reforçam a necessidade urgente de medidas preventivas, como redução da carga horária excessiva, incentivo a hábitos de vida saudáveis e oferta de suporte institucional adequado para mitigar esses fatores.

Outro ponto crítico da profissão policial está relacionado ao comportamento sedentário, frequentemente associado à natureza ostensiva do trabalho. Oliveira *et al.* (2023) realizaram uma pesquisa com 432 policiais militares e observaram que 82,6% dos participantes passavam pelo menos 180 minutos diários em posição sentada. Ferraz *et al.* (2020) corroboram esses achados, revelando que uma parte significativa dos policiais não atinge os níveis recomendados de atividade física. Oliveira, Oliveira e Carvalho (2023) identificam, por sua vez, os fatores de risco e proteção no desenvolvimento do estresse ocupacional entre policiais rodoviários federais, identificando relações com lazer, satisfação profissional, remuneração, treinamento e conflito entre trabalho e família.

Além disso, Marins *et al.* (2022) investigaram 346 óbitos de policiais rodoviários federais entre 2001 e 2020, dos quais 11 tinham causa indeterminada. Entre os 335 óbitos com causa definida, 189 decorreram de causas externas e 146 de causas naturais ou doenças. O estudo oferece subsídios para a prevenção de mortes nessa população. Serra *et al.* (2020) identificaram associação entre percepção de estresse e sintomas musculoesqueléticos, além de menor prevalência desses sintomas entre praticantes de atividade física, contribuindo para a discussão da saúde ocupacional da categoria.

A exposição constante a situações estressantes, aliada a uma estrutura organizacional precária, é outro ponto crítico destacado por Viegas *et al.* (2024), que abordam o “custo cognitivo” do trabalho policial. As exigências de lidar com imprevistos, gerenciar múltiplas informações e tomar decisões imediatas resultam em sobrecarga mental, o que eleva o risco de exaustão psicológica e compromete a saúde física. Ribeiro *et al.* (2024) complementam esses achados, ao identificar associações entre *burnout* e fatores pessoais e hábitos de vida, entre eles as atividades de lazer, evidenciando a complexa relação entre a organização do trabalho e a saúde mental dos policiais.

Por outro lado, algumas pesquisas sugerem que aspectos como um estilo de vida saudável, suporte institucional adequado e políticas de prevenção podem reduzir significativamente os impactos negativos das condições de trabalho. Costa *et al.* (2020) identificam associações entre condições de saúde, estilo de vida e qualidade de vida de policiais civis. Tavares *et al.* (2021) identificam correlações entre resiliência, dimensões do desequilíbrio esforço-recompensa e qualidade de vida. Maia, Assis e Minayo (2022), ao discutir as consequências de ferimentos por arma de fogo, destacam o impacto dessas lesões não só na capacidade laboral, mas também no contexto familiar, com repercussões nas dinâmicas familiares.

Por fim, Pereira, Madruga e Kawahala (2020) analisaram casos de suicídio em policiais militares de Santa Catarina e descreveram características como endividamento e problemas conjugais, ressaltando como as condições de trabalho e os riscos ocupacionais extrapolam a esfera profissional e afetam profundamente a vida pessoal dos policiais.

Esses estudos demonstram que as condições de trabalho dos policiais brasileiros são marcadas pela precariedade de recursos, jornadas extenuantes e constante exposição a riscos, impactando diretamente sua saúde física e mental. Para mitigar esses efeitos, é essencial a implementação de políticas institucionais que integrem estratégias de saúde ocupacional, ergonomia e apoio psicológico. Essas medidas podem contribuir para preservar a saúde dos agentes e melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

INTERVENÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA DA ATUAÇÃO POLICIAL

A literatura acadêmica sobre a melhoria da atuação policial no Brasil destaca várias estratégias essenciais para o aprimoramento da segurança pública, abordando desde mudanças estruturais e transformações culturais até intervenções voltadas para a saúde mental dos policiais, integração comunitária e valorização profissional dos agentes de segurança. Entre os temas mais discutidos nos seis estudos alocados na categoria em tela, a dualidade entre os modelos de policiamento “guerreiro” e “guardião” se destaca como um ponto central. Rolim (2023) realiza uma crítica à abordagem tradicional de policiamento, na qual a força e o confronto são frequentemente priorizados, em detrimento de uma postura mais colaborativa com a comunidade. O autor sugere que a transição para o modelo “guardião”, centrado na cooperação e na promoção dos direitos fundamentais, pode melhorar a relação da polícia com a sociedade, reduzir a violência policial e aumentar a confiança pública nas corporações. Para Rolim (2023), a adoção desse novo modelo exige mudanças profundas na formação dos policiais e na reconfiguração da cultura policial, que tradicionalmente tem sido orientada para o confronto.

Vilarouca, Ribeiro e Menezes (2022) abordam as UPPs no Rio de Janeiro, ressaltando que, embora o modelo inicial de policiamento comunitário tenha sido idealizado para reduzir a violência e aumentar a proximidade com a comunidade, a estrutura militarizada da Polícia Militar e a resistência institucional impediram a plena implementação desse modelo. O estudo aponta que a mudança para um modelo de policiamento comunitário exige não apenas a alteração das práticas operacionais, mas também uma transformação cultural dentro da corporação.

Além disso, Dias *et al.* (2021) analisam relações entre valores pessoais e confiança em grupos táticos policiais. Seus achados podem subsidiar discussões sobre coesão grupal e relações internas, mas não constituem avaliação da eficácia de treinamentos. Cubas, Alves e Oliveira (2020) exploram a percepção de policiais civis e militares sobre suas instituições, ressaltando que, apesar das diferenças organizacionais entre as corporações, existem desafios comuns, como a precariedade dos recursos, a falta de valorização profissional e as condições de trabalho que afetam a motivação e a eficácia da corporação. A pesquisa aponta que mudanças nas dinâmicas organizacionais e na relação hierárquica são cruciais para melhorar o desempenho da polícia e fortalecer a confiança interna entre os agentes.

Souza e Martins (2021) enfatizam a importância da capacitação continuada e da criação de serviços de apoio psicológico para os policiais e as mulheres atendidas como formas de melhorar a atuação policial e promover um atendimento mais eficaz à comunidade. O estudo reforça que a eliminação de preconceitos institucionais e a melhoria das condições de trabalho são fundamentais para o sucesso das intervenções policiais. Nesse sentido, Teles e Teixeira (2023) defendem que a justiça procedimental deve ser o foco principal dos treinamentos e das capacitações policiais, considerando a associação entre satisfação com o tratamento recebido e confiança na polícia nos contatos iniciados por cidadãos analisados em São Paulo.

Esses estudos demonstram que a melhoria da atuação policial no Brasil requer não apenas uma transformação na mentalidade dos agentes, mas também uma reformulação institucional abrangente. Isso inclui capacitação contínua e práticas de policiamento mais colaborativas e menos punitivas. A construção de um sistema de segurança mais eficaz e legítimo exige a implementação dessas estratégias dentro de um contexto de mudanças estruturais e culturais profundas nas corporações policiais.

JUNTANDO AS PEÇAS DO QUEBRA-CABEÇA: A CARICATURA DO POLICIAL BRASILEIRO

A análise crítica da literatura acadêmica sobre a atuação dos policiais brasileiros revela uma representação multifacetada e complexa desses profissionais. Ao juntar as peças desse quebra-cabeça, emerge uma figura de policial imersa em um contexto de intensos desafios físicos e emocionais, resultantes de condições de trabalho adversas e de uma cultura institucional profundamente enraizada em práticas autoritárias. O policial brasileiro, dessa forma, é retratado como um agente sobrecarregado, cujo bem-estar físico e psicológico é constantemente comprometido por um ciclo de estresse ocupacional, doenças crônicas, transtornos psicológicos e, em casos extremos, suicídio. A pesquisa mostra que esse ciclo é alimentado por uma falta crônica de suporte institucional, incluindo a resistência cultural à busca por tratamentos de saúde mental, o que perpetua um sofrimento institucionalizado que afeta não apenas os agentes, mas a própria dinâmica das corporações policiais.

Os estudos revisados indicam que, além do impacto direto sobre a saúde mental dos policiais, como evidenciado pelos altos índices de *burnout* e Transtorno de Estresse Pós-Traumático, as condições de trabalho exacerbam ainda mais esse quadro. A sobrecarga de trabalho, os turnos irregulares, a falta de descanso adequado, o sedentarismo e os riscos ocupacionais (como as doenças cardiovasculares e musculoesqueléticas) revelam um ambiente de trabalho altamente desgastante, tanto física quanto emocionalmente. Ribeiro *et al.* (2024) identificam índices elevados de *burnout* na amostra investigada e ressaltam a necessidade de políticas de saúde voltadas à categoria.

Além disso, a cultura hierárquica e repressiva das corporações, discutida por Dias, Siqueira e Ferreira (2023), perpetua uma falta de apoio emocional entre os colegas e um ambiente institucional que, ao invés de proporcionar acolhimento, reforça a estigmatização de problemas de saúde mental. Isso contribui para o distanciamento entre os policiais e a possibilidade de buscar ajuda, o que agrava ainda mais os impactos da violência institucional, tanto sobre os agentes quanto sobre a sociedade. A resistência interna ao reconhecimento da necessidade de um modelo mais colaborativo de policiamento reflete uma parte significativa da crise de legitimidade enfrentada pelas instituições policiais.

A representação do policial também é marcada pela ambiguidade dos modelos de policiamento adotados. Por um lado, o modelo “guerreiro”, caracterizado pela ênfase na repressão e no confronto, ainda predomina nas práticas policiais, gerando um ambiente de tensão e desconfiança entre os agentes e a sociedade. Por outro, o modelo “guardião”, que sugere um policiamento mais democrático e voltado à proteção dos direitos humanos, encontra resistência dentro da estrutura institucional militarizada (Rolim, 2023). A dualidade entre essas duas abordagens reflete uma tensão intrínseca no comportamento dos policiais, que são constantemente desafiados a equilibrar a necessidade de repressão com a tentativa de proteger e colaborar com a comunidade.

Esses modelos de policiamento não são apenas conceitos abstratos; são modelos traduzidos em práticas diárias que impactam diretamente as interações entre policiais e cidadãos. Quando a polícia adota um modelo de “guerreiro”, seu foco se volta para o controle e a repressão, muitas vezes resultando em abusos de autoridade e no distanciamento das comunidades que deveria proteger. A falha em adotar um modelo “guardião” mais colaborativo tem consequências diretas na confiança da população, refletindo uma crise de legitimidade que permeia a relação entre as forças policiais e a sociedade (Gisi; Silvestre, 2020). Esse déficit de confiança é ampliado pela desumanização das vítimas de violência estatal, especialmente entre populações marginalizadas, como negros e moradores de periferias (Hermann, 2023).

Portanto, a caricatura do policial brasileiro que emerge desta revisão é a de um profissional que, imerso em um ambiente institucional opressor e desgastante, luta para equilibrar sua saúde física e emocional com as expectativas institucionais e sociais. A falta de suporte psicológico adequado, a constante pressão para manter altos índices de produtividade e a persistência de uma cultura militarizada no seio das corporações policiais contribuem para o agravamento da condição desses profissionais, ao mesmo tempo em que fortalecem a imagem negativa da polícia perante a sociedade.

Apesar de todos os benefícios que a humanização das práticas policiais pode trazer, especialmente no que tange à saúde mental dos policiais e à promoção de uma relação mais colaborativa com a sociedade, é fundamental reconhecer que, na realidade, a implementação dessa abordagem não é simples. O policiamento no Brasil, especialmente em contextos de intenso crime organizado e violência, coloca os policiais em situações extremas, nas quais suas vidas estão constantemente em risco. A pressão para manter a ordem, muitas vezes em ambientes de alto risco, faz com que as práticas de policiamento mais humanizadas e voltadas para a proteção dos direitos humanos esbarrem na dura realidade do confronto direto com criminosos. Nesse cenário, a transição para um modelo mais “guardião” de policiamento se torna um desafio complexo, onde o discurso de humanização se confronta com a necessidade de garantir a segurança do agente. Proporcionar uma saúde mental melhor para esses profissionais, que sabem que podem não retornar de uma jornada de trabalho, demanda mais do que políticas públicas eficazes; exige uma compreensão das limitações impostas pela realidade brutal de suas funções diárias.

Para reverter essa caricatura e criar uma imagem mais positiva e eficaz das forças de segurança, é imperativo implementar reformas estruturais profundas nas corporações policiais. Isso inclui garantir condições de trabalho mais humanas, com jornadas mais equilibradas, suporte psicológico contínuo e implementação de práticas de policiamento que priorizem a proteção dos direitos fundamentais e a construção de uma relação de confiança com a comunidade. A transição para um modelo de policiamento mais colaborativo e orientado para os direitos humanos pode ser uma das chaves para melhorar a atuação policial e, consequentemente, a confiança pública nas instituições de segurança.

A transformação das dinâmicas institucionais das polícias brasileiras requer uma reestruturação profunda que leve em consideração a saúde física e mental dos policiais, além de valorizar a construção de um modelo de segurança pública que seja mais inclusivo, democrático e colaborativo. A mudança cultural dentro das corporações policiais, alinhada a uma abordagem que integre o policial ao contexto comunitário, é essencial para alcançar uma segurança pública mais eficaz e legítima, que atenda às necessidades sociais e promova a paz e a justiça.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O presente estudo, embora tenha proporcionado uma compreensão abrangente sobre a representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente, apresenta algumas limitações importantes que precisam ser consideradas. Em primeiro lugar, a análise baseou-se exclusivamente em estudos publicados no contexto acadêmico nacional recente, o que pode ter restringido o alcance das reflexões ao contexto brasileiro, limitando comparações mais amplas com realidades internacionais. Além disso, os achados refletem predominantemente os temas que têm recebido maior atenção na literatura acadêmica, especialmente relacionados à saúde física e mental dos policiais e às dinâmicas institucionais das corporações, o que pode ter negligenciado aspectos emergentes ou ainda pouco explorados, como variações regionais específicas ou questões relacionadas a grupos minoritários dentro das corporações policiais. Outra limitação importante está na ausência de uma análise longitudinal aprofundada que permita entender as transformações históricas dessas representações ao longo do tempo. Finalmente, embora a revisão tenha coberto um conjunto expressivo de estudos recentes, a heterogeneidade metodológica e conceitual entre os trabalhos analisados pode ter dificultado uma síntese mais precisa e comparativa dos resultados, destacando a necessidade de padronização metodológica em estudos futuros para aprofundar a compreensão das questões estruturais das instituições policiais brasileiras. Os achados caracterizam o corpus selecionado, não permitindo generalização para todos os policiais brasileiros.

CONCLUSÃO

A representação do policial brasileiro na literatura acadêmica recente evidencia um cenário complexo, permeado por desafios institucionais, pessoais e sociais. Em geral, os policiais são retratados como profissionais submetidos a condições de trabalho extremamente exigentes, caracterizadas por jornadas extenuantes, exposição contínua à violência, riscos elevados de adoecimento físico e mental, além de uma baixa valorização institucional e social. Esse quadro aponta para um ambiente organizacional marcado por estruturas rígidas e uma cultura institucional resistente a mudanças, o que dificulta avanços significativos na promoção da saúde ocupacional e na melhoria da relação entre policiais e sociedade.

Os achados deste estudo reforçam a existência de uma crise estrutural nas instituições policiais brasileiras, onde a cultura organizacional autoritária e a precarização das condições laborais impactam diretamente não apenas o bem-estar dos profissionais, mas também a qualidade do serviço prestado à população. Entre as principais dimensões analisadas, a saúde física e mental (19 artigos) e as condições de trabalho e os riscos ocupacionais (12 artigos) foram as categorias mais frequentes no corpus, seguidas pelas estruturas e dinâmicas institucionais (nove artigos). A recorrência desses temas reflete uma preocupação recorrente com os efeitos do estresse ocupacional, do *burnout* e dos transtornos psicológicos sobre os policiais, bem como com os desafios estruturais que perpetuam essas condições adversas.

Diante desse cenário, futuras pesquisas podem contribuir significativamente ao aprofundar investigações sobre a evolução da cultura organizacional das forças policiais, especialmente por meio de estudos longitudinais que analisem as mudanças institucionais ao longo do tempo. Além disso, a realização de pesquisas qualitativas que incluam as percepções dos próprios policiais pode fornecer um panorama mais abrangente sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano da profissão e sobre a eficácia das políticas voltadas à valorização profissional. Outro eixo de investigação relevante envolve estudos comparativos

entre diferentes contextos regionais, buscando compreender como fatores sociopolíticos e econômicos influenciam as condições de trabalho dos policiais em distintos estados e municípios brasileiros.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de que os debates acadêmicos sobre a atividade policial sejam acompanhados por políticas públicas eficazes, especialmente no que diz respeito à formulação de estratégias de saúde ocupacional que mitiguem os impactos do trabalho policial sobre a saúde mental dos agentes. Além disso, recomenda-se o desenvolvimento de programas institucionais voltados à humanização das relações internas nas corporações policiais e à construção de práticas de policiamento mais alinhadas às demandas sociais contemporâneas. O aprofundamento dessas discussões poderá contribuir para um modelo de segurança pública que, além de eficiente, seja socialmente responsável e sustentável para os profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Carla Requião; LINS-KUSTERER, Liliane; CARVALHO, Fernando Martins. Capacidade para o trabalho de policiais militares. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, 79, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/s1518-8787.2019053001014>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BRANDÃO, Priscila. A Polícia Federal no processo de transição: o desafio da Justiça de Transição e da superação dos valores autoritários, analisados a partir da gestão do delegado Romeu Tuma. **Tempo**, Niterói, v. 28, n. 1, p. 99-116, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280106>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa; ANDRADE E SOUZA, Karoline Coelho de. A cidadania governamentalizada: um estudo de caso das Unidades Paraná Seguro em Curitiba. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, e022029, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.29241>. Acesso em: 6 mar. 2025.

COSTA, Francis Ghignatti da; VIEIRA, Lizandra Santos; CÓCARO, Mateus Gomes; AZZOLIN, Karina de Oliveira; DAL PAI, Daiane; TAVARES, Juliana Petri. Qualidade de vida, condições de saúde e estilo de vida de policiais civis. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, e20190124, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190124>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CUBAS, Viviane de Oliveira; ALVES, Renato Antonio; OLIVEIRA, André Rodrigues. Tão diferentes e tão iguais: as percepções de policiais civis e militares de São Paulo sobre suas instituições. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 801-825, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v13n3.26235>. Acesso em: 6 mar. 2025.

DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; FERREIRA, Leonardo Borges. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, e-2022-0095, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120220095>. Acesso em: 6 mar. 2025.

DIAS, Fagner de Oliveira; REYES JR., Edgar; COSTA, Caroline; BARROS, Andréia. Valores pessoais e relacionamento intragrupo: O caso dos grupos táticos policiais de Brasília. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 22, n. 5, eRAMG210010, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG210010>. Acesso em: 6 mar. 2025.

FERRAZ, Almir de França; ANDRADE, Erinaldo Luiz de; VIANA, Michell Vetoraci; RICA, Roberta Luksevicius; BOCALINI, Danilo Sales; FIGUEIRA JR., Aylton. Physical activity level and sedentary behavior of military police staff. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 117-121, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1517-869220202602208923>. Acesso em: 6 mar. 2025.

GISI, Bruna; SILVESTRE, Giane. Expectativas desencaixadas: o problema da construção da autolegitimidade entre policiais militares. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 885-908, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035030010>. Acesso em: 6 mar. 2025.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; LAUDELINO NETO, Alessandra; MASSUDA JR., João. Intervenção integrada em saúde mental do trabalhador em uma corporação policial de Campo Grande (MS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 45, e8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000018618>. Acesso em: 6 mar. 2025.

HERMANN, Victor. Como contar 80 tiros? A questão do primeiro disparo, segundo Clarice Lispector. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Salvador, v. 25, n. 48, p. 215-230, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2596-304x20232548vh>. Acesso em: 6 mar. 2025.

LIMA, Flora Moara; SAPORI, Luis Flavio; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Cooperação e escassez: o papel do flagrante delito no sistema de justiça criminal. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 467-478, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.36804>. Acesso em: 6 mar. 2025.

LIMA, Renato Sérgio de; VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha; VIANNA, Fernando Ressetti Pinheiro Marques; ALCADIPANI, Rafael. Saber acadêmico, guerra cultural e a emergência das ciências policiais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 108, e3710805, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/3710805/2022>. Acesso em: 6 mar. 2025.

LOPES, Cleber; ROSSATO, Rafael. Quando a Polícia Militar vai à escola: uma avaliação de impacto do programa Escola Segura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, e248317, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349248317>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MAIA, Adriane Batista Pires; ASSIS, Simone Gonçalves de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Repercussões para o trabalho, a saúde e as relações familiares dos policiais feridos por arma de fogo em face. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 3193-3202, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.01122022>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MAIA, Adriane Batista Pires; ASSIS, Simone Gonçalves; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; WERNERSBACH, Liana. Ferimentos não fatais por arma de fogo entre policiais militares do Rio de Janeiro: a saúde como campo de emergência contra a naturalização da violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 1911-1922, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.19412019>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MARINS, Eduardo Frio; FERREIRA, Rodrigo Wiltgen; FREITAS, Flávio Castagna de; DUTRA, Geovana Ferreira de Andrade Alves; VASCONCELOS JR., José Rossy e; CAPUTO, Eduardo Lucia. Mortalidade em agentes da polícia rodoviária federal: série temporal entre 2001 e 2020. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, 82, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004210>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MAZZURANA, Leonardo; ALMEIDA, Victor. Círculo integrado de informação: o desafio de integração das polícias civil e militar. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. 2, e200375, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022200375.por>. Acesso em: 6 mar. 2025.

NASCIMENTO, Jessica Cristhyanne Peixoto; COSTA, Thatiane Monick de Souza; SARMENTO, Sabrina Daiane Gurgel; SANTOS, Kauanny Vitoria Gurgel dos; DANTAS, Joyce Karolayne dos Santos; QUEIROZ, Cintia Galvão; DANTAS, Daniele Vieira; DANTAS, Rodrigo Assis Neves. Análise do transtorno do estresse pós-traumático em profissionais emergencistas. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE03232, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO03232>. Acesso em: 6 mar. 2025.

OLIVEIRA, Cleise Cristine Ribeiro Borges; SILVA, Carla Tatiane Oliveira; COELHO, Ana Carla Carvalho; CARNEIRO, Bruna Rafaela; BASTOS, Milena de Carvalho; CANUTO, Pollyanna Jorge; MORAES, Mariana de Almeida; MUSSI, Fernanda Carneiro; PIRES, Cláudia Geovana da Silva. Fatores clínicos e sociodemográficos associados ao tempo gasto sentado em policiais militares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 57, e20230089, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0089pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.

OLIVEIRA, Léa Pintor de Arruda; OLIVEIRA, Lucio Garcia de; CARVALHO, Heráclito Barbosa de. Fatores de risco e proteção para o desenvolvimento do estresse na Polícia Rodoviária Federal. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 40, e210194, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202340e210194>. Acesso em: 6 mar. 2025.

PATINO, Cecília Maria; FERREIRA, Juliana Carvalho. Inclusion and exclusion criteria in research studies: definitions and why they matter. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-37562018000000088>. Acesso em: 6 mar. 2025.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 500-509, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040562>. Acesso em: 6 mar. 2025.

RIBEIRO, Beatriz Maria dos Santos Santiago; SILVA, Luiz Almeida da; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; ROBAZZI, Maria Lucia do Carmo Cruz; SANTOS, Sérgio Valverde Marques dos; TERRA, Fábio de Souza; DALRI, Rita de Cassia de Marchi Barcellos. Factors associated with burnout in military police officers in a city in Paraná. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 77, n. 4, e20230510, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/rjreben/a/FB3ZZPhz9ZsLhVhvvNGXHHzr/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. Lugares de polícia: notas etnográficas sobre outras territorialidades policiais no subúrbio carioca. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 20, e20812, 2023. DOI: <http://doi.org/10.1590/1809-43412023v20d812>. Acesso em: 6 mar. 2025.

ROLIM, Marcos. Guerreiros ou guardiões? Notas sobre o conceito de polícia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 248-269, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/57448>. Acesso em: 6 mar. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SÁ, Julianna Gripp Spinelli de; LEMOS, Ana Heloísa da Costa; OLIVEIRA, Lucia Barbosa de. Para além dos estereótipos: os sentidos do trabalho para mulheres da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 500-513, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120210109>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SANTOS, Fernando Braga dos; LOURENÇÃO, Luciano Garcia; VIEIRA, Evellym; XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães; OLIVEIRA, Adriane Maria Netto de; OLIVEIRA, Jacqueline Flores de; BORGES, Márcio Andrade; ARROYO, Thiago Roberto. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 5987-5996, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14782021>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SERRA, Maysa Venturoso Gongora Buckeridge; SCALON, João Domingos; TONELLO, Maria Georgina Marques; QUEMELO, Paulo Roberto Veiga. Desordens musculoesqueléticas, percepção de estresse e atividade física em policiais. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 22-27, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-2950/18029227012020>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SOARES, Deiveskan Serra; MELO, Cristina Carvalho de; SOARES, Josiane Lopes da Silva Serra; NOCE, Franco. Influência da atividade física no burnout em policiais militares. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 30, n. 1, e3059, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v30i13059>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; MARTINS, Thais Ferreira. Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 33, n. 1, p. 21-30, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5776>. Acesso em: 6 mar. 2025.

TAVARES, Juliana Petri; VIEIRA, Lizandra Santos; DAL PAI, Daiane; SOUZA, Sônia Beatriz Cócara de; CECCON, Roger Flores; MACHADO, Wagner de Lara. Rede de correlações entre qualidade de vida, resiliência e desequilíbrio esforço-recompensa em policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 1931-1940, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.10702019>. Acesso em: 6 mar. 2025.

TAVARES, Juliana Petri; MENDONÇA, Viviane Gallon; VIEIRA, Lizandra Santos; GUIMARÃES, Roberta Sofia Wiebling; MAGNAGO, Tânia Solange Bosi de Souza; MACHADO, Wagner de Lara; DAL PAI, Daiane. Distúrbios psíquicos menores e o contexto de trabalho da Polícia Civil: um estudo de método misto. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 4, p. 288-295, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000390>. Acesso em: 6 mar. 2025.

TELES, José; TEIXEIRA, Frederico Castelo Branco. Procurar a polícia e confiança na instituição: um teste da perspectiva procedimental em São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 31, e021, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-98732331e021>. Acesso em: 6 mar. 2025.

VIEGAS, Rejane de Fátima Parada; SILVA, Karla Gualberto; SAREFINO, Adriana de Oliveira; CARVALHO, Eloá Carneiro; ABREU, Ângela Maria Mendes; PARREIRA, Pedro Miguel Santos Dinis; SOUZA, Norma Valéria Dantas de Oliveira; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner; FARIAS, Sheila Nascimento Pereira de. A invisibilidade do custo cognitivo no trabalho de policiais militares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 58, e20230329, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0329pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.

VILAROUCA, Márcio Grijó; RIBEIRO, Ludmila; MENEZES, Palloma. Os policiais das UPPs e a crise permanente da segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 108, e3710804, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/3710804/2022>. Acesso em: 6 mar. 2025.